

PLA

Políticas
y líneas
de acción



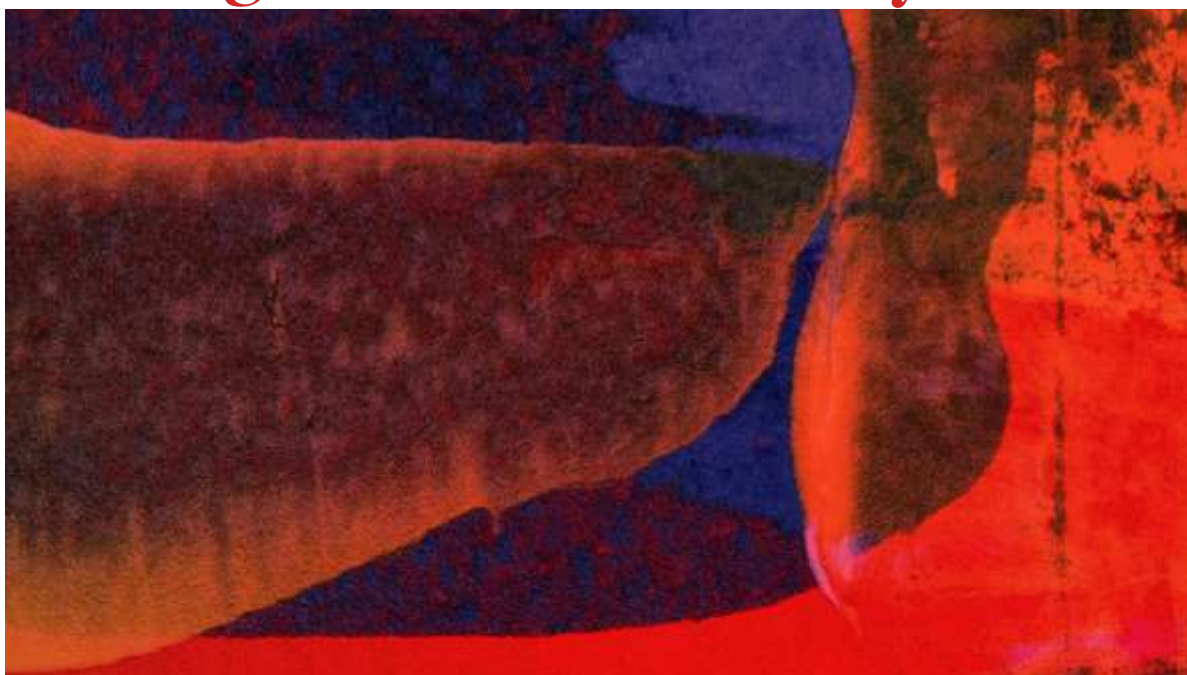
CLACSO
Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

PLATAFORMAS PARA EL DIÁLOGO SOCIAL

Julio 2024

Movimientos sociales y activismos en América Latina y el Caribe

Su lugar en la actual coyuntura



Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular: as articulações globais de movimentos populares Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de midiaticização, plataformização e crise política na América Latina

Pablo Nabarrete Bastos
Rozinaldo Antonio Miani
Solange Inês Engemann

Antônia Aline Costa de Oliveira
Guilherme Fumeo Almeida
Talyta Elen Ferreira Teodoro

(Brasil)

ISBN 978-987-813-792-6
probecas@clacso.edu.ar
www.clacso.org

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

No século XIX ou na contemporaneidade, um desafio permanece para a articulação das lutas sociais e políticas: a construção da unidade na diversidade. Em outros termos, trata-se de um processo de luta pelo comum, de mediação e engajamento com o comum (Bastos, 2024). Raymond Williams (1969) nos alerta sobre a necessidade de construirmos uma cultura comum, por uma questão de sobrevivência, por igualdade entre os sujeitos. Para superar a situação de particularismo na teoria e na práxis de movimentos sociais contemporâneos, que configuram o processo que denominamos como “dialética da insularidade” (Bastos; 2020, 2023), propomos a noção de engajamento com o comum, compreendendo o comum como princípio político (Dardot y Laval, 2017) e como núcleo epistêmico e ontológico do objeto comunicacional (Sodré, 2014). A noção de engajamento com o comum (Bastos, 2024) pavimenta e sinaliza o caminho epistemológico e político, que pode viabilizar a comunicação entre diferentes formas de luta com potencial contra-hegemônico na disputa contra a hegemonia do capital, contra o “comum capitalista” (Harvey, 2011; Dardot y Laval, 2017).

Os conceitos de hegemonia e hegemonia popular se relacionam inextricavelmente com o comum, na medida em que são processos de construção do poder ou de contrapoder que necessitam continuamente vincular os sujeitos, engajá-los em determinada noção do comum que sustente, reflita e refrate projetos ético-políticos (Bastos; 2023, 2024). Dardot e Laval (2017) argumentam que o agir comum envolve o engajamento dos homens em uma mesma tarefa, o que envolve a construção de normas que regulem a ação. O termo comum designa o princípio político da “coobrigação” para o engajamento em uma mesma atividade. A situação de comarginalidade, coexploração e coexpropriação da classe trabalhadora é real, concreta. Contudo, o caminho para a superação desse cenário está no agir em comum, na coatividade que fundamenta o comum (Dardot y Laval, 2017).

O comum tem emergido nos últimos 30 anos, como reivindicação e conceito, no centro de muitas lutas políticas e propostas teóricas de emancipação social (Fini, 2017). Desenvolvemos reflexão epistemológica, discussão política e fundamentação teórica para categorizar o comum. A partir deste objetivo central, propomos e desenvolvemos quatro níveis ou subcategorias do comum, que implicam as disputas por hegemonia: o comum natural, o comum do conhecimento, o comum cultural e o comum político (Bastos, 2024). O nível econômico e de

classe, determinante em última instância, atravessa o conceito em seus diferentes níveis de compreensão e existência. Em coerência com Gramsci (2007, p. 48) e o materialismo dialético, “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

Duas grandes instâncias de debates sobre o comum são a materialidade e a agência histórica sobre “o comum”. De um lado, temos o “em comum”, relacionado ao comum produzido e/ou partilhado pelo gênero humano: a natureza, a linguagem, a tecnologia e o trabalho. De outro lado, temos a agência histórica sobre ou para o comum: a construção do comum como ato político potencialmente emancipatório (Bastos, 2022a; 2024), perspectiva que enfatizamos neste projeto.

As articulações continentais e internacionais de movimentos populares Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC-Via Campesina), Via Campesina e ALBA Movimentos buscam articular as diferentes entidades e lutas que as compõem em torno de um comum político emancipatório. Embora a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) reúna movimentos sociais urbanos e rurais, identificamos em seu discurso similaridades com a CLOC-Via Campesina e a Via Campesina, sobretudo, por meio da pauta comum da soberania alimentar. De maneira geral, essas organizações se aglutinam contra o bloco de poder organizado em aliança de classes que engloba o capital financeiro internacional, as transnacionais do agronegócio, os grandes fazendeiros nacionais e os conglomerados de mídia. Formam um bloco de poder hegemônico na agricultura, no Estado, na sociedade, campo e cidade (Bastos, 2021).

O projeto de pesquisa se estruturou em dois eixos centrais de investigação, organizados a partir do objetivo geral de compreender como as organizações internacionais de movimentos populares CLOC-Via Campesina, Via Campesina e ALBA Movimentos se articulam como aparelhos populares de hegemonia e atuam em suas lutas, proporcionando engajamento com o comum a partir da América Latina. No primeiro eixo de investigação, o objetivo específico inicial foi compreender como se dão os processos de formação, comunicação e socialização política de movimentos sociais organizados na CLOC-Via Campesina, Via Campesina e ALBA Movimentos no contexto da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A ENFF, rede parceira associada à CLACSO, fundada em 2005 pelo MST no município de Guararema/SP, é um dos principais espaços de formação, comunicação

e socialização política de movimentos sociais da América Latina. Nosso segundo objetivo específico foi analisar como se dão esses processos formativos, especificamente, a partir dos cursos: *Formação de Formadoras/es Latino-americano*, voltado para formadores/as e militantes responsáveis pela formação de organizações populares da América Latina, e o *Curso de Teoria Política Latino-americana*, cujo público alvo são os militantes e dirigentes de várias frentes de atuação de organizações populares da América Latina.

Como objetivos específicos do segundo eixo de investigação propomos: discutir as particularidades teóricas e o papel da comunicação popular e comunitária na construção da hegemonia popular e analisar como essas organizações populares utilizam suas plataformas digitais para organizar seus discursos, suas lutas e contribuir com a formação da opinião pública em contexto de crise política na América Latina. Observamos dois eventos particulares: a derrubada do presidente do Peru, Pedro Castillo, no dia 07 de dezembro de 2022, e pouco mais de um mês depois, no dia 08 de janeiro de 2023, a tentativa de golpe no Brasil com a invasão das sedes dos três poderes em Brasília por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Sinteticamente, este projeto buscava responder a três perguntas-chave de pesquisa. A primeira: como as organizações populares, que compõem nosso objeto de investigação, se organizam como aparelhos populares de hegemonia em contexto de crise política na América Latina? A segunda: como a ENFF se constitui e pode se fortalecer como *locus* estratégico para a formação, comunicação e socialização política de movimentos sociais organizados na CLOC-Via Campesina, Via Campesina e ALBA Movimentos? E, por fim: como a comunicação popular e comunitária e a circulação das lutas proporcionadas por processos de plataformização, mesmo com todas as contradições sociotécnicas e políticas, podem contribuir para o engajamento com o comum e a formação da opinião pública em contexto de crise política na América Latina?

Quando nos referimos ao contexto societal de midiaticização e plataformização para discutir as relações entre engajamento, hegemonia e os desafios para o comum, localizamos nosso argumento a partir da base material, tecnológica, em que se estrutura a produção, circulação e consumo de mercadorias, serviços, bens simbólicos, capital, comunicação, lutas (a plataformização), e a ambiência interacional em que os sentidos e discursos são produzidos, reproduzidos

ou transformados, fortalecendo ou tensionando a hegemonia (a midiaticização) (Bastos, 2022b). Ambos os fenômenos/conceitos provocam mutações na práxis interativa (Coutinho, 1992), na forma como as pessoas interagem entre elas e o mundo, com destaque às ações de convencimento, às formas como as pessoas se vinculam com determinada ideologia e às mediações intelectivas com potencial para reconhecer e superar a pseudoconcreticidade (Kosik, 1976). Quando se hospedam em um local na internet, sobretudo, em plataformas de mídias sociais (Poell y Nieborg y Van Dijck, 2020), as organizações populares estão em espaço que não lhes pertencem, precisando se sujeitar à sua lógica, suas formas de ação e interação. Contudo, há possibilidades comunicativas abertas nesses espaços colonizados que são aproveitadas pelos aparelhos populares de hegemonia, mesmo com todos os seus limites e contradições.

Propomos o conceito de aparelhos populares de hegemonia para designar organizações e instituições cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular (Bastos, 2021; 2020; 2022b). Dentre os espaços de exercício da hegemonia, Gramsci (2007, p. 265) enfatiza a opinião pública, expressa por jornais e associações, portadores de “conteúdo político da vontade política pública”, estando diretamente relacionada com a hegemonia política e suas disputas, realizando mediação e interface entre consenso e força, sociedade civil e sociedade política.

Nesse contexto, compreende-se a comunicação popular e comunitária (Miani, 2010; 2011) como decisiva para constituir a vontade coletiva em torno de um projeto de poder popular, o que pressupõe a habilidade política das organizações populares em engajar a sociedade e sua base política na luta pela “hegemonia popular” (Bastos, 2020a), bem como proporcionar condições que levem os sujeitos coletivos à sua emancipação política. Assim, a luta pelo comum está na intersecção proporcionada pelo popular, em última análise, na luta pela hegemonia popular (Bastos, 2021; 2022a; 2022b).

Em relação aos processos comunicativos produzidos pelas organizações populares CLOC-Via Campesina, Via Campesina e ALBA Movimentos, constatamos a apropriação e utilização de múltiplos meios e plataformas; neste caso, destaca-se o uso das plataformas digitais, que contempla o objetivo específico do segundo eixo de investigação, no qual discutimos particularidades teóricas e o papel da comunicação popular e comunitária na construção da hegemonia popular e

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular:
as articulações globais de movimentos populares
Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA
Movimentos em contexto de mediação,
plataformização e crise política na América Latina

analisamos como essas redes de organizações populares utilizam suas plataformas digitais para organizar seus discursos, suas lutas e contribuir com a formação da opinião pública e a construção de um comum político emancipatório, em contexto de mediação, plataformização e crise política na América Latina.

METODOLOGIA, PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE AÇÃO COLETIVA

Metodologicamente, no primeiro eixo de investigação realizamos observações de caráter etnográfico e coleta de depoimentos dos formadores, militantes e dirigentes de movimentos sociais nos cursos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) dirigidos fundamentalmente aos movimentos sociais latino-americanos. A observação participante e a realização das entrevistas foram organizadas conforme o calendário e a programação dos cursos. Como desdobramento das atividades de pesquisa realizadas na ENFF, ficou estabelecido que será organizada uma atividade de formação na programação dos cursos *Formação de Formadoras/ es Latino-americano* e *Teoria Política Latino-americana*, a serem realizados no ano de 2024, com o propósito de apresentar as principais conclusões de nossa pesquisa, bem como debater a questão da comunicação popular e comunitária no contexto dos movimentos sociais latino-americanos; trata-se da materialização da natureza desta pesquisa como pesquisa-ação. Por sua vez, no segundo eixo de investigação, realizamos pesquisa bibliográfica não sistemática, pesquisa empírica exploratória por meio da observação de plataformas digitais das organizações populares selecionadas e análise documental a partir de *corpus* composto por textos das três organizações que sinalizam suas compreensões acerca do comum e das crises políticas na América Latina. Além de textos, o *corpus* de análise também foi composto por produções audiovisuais.

O foco deste documento são as propostas de políticas públicas e de políticas de ação coletiva oriundas de nosso processo de investigação e dos resultados obtidos. As propostas de políticas são assentadas em subsídios teóricos e metodológicos proporcionados por nossa investigação. O escopo do nosso projeto se relaciona com temáticas diversas, que poderiam ser abordadas neste documento; nesse sentido, todos os debates relacionados com a regulação das plataformas digitais e da Inteligência Artificial, com desenvolvimentos distintos nos países

e continentes, por exemplo, possuem relação com a nossa pesquisa. Contudo, o aprofundamento nessa temática exigiria investigações específicas sobre o estágio do debate público, institucional e na sociedade civil nessas diferentes localidades, o que escapa dos propósitos de nosso projeto de pesquisa. De toda maneira, como discutiremos adiante, o princípio da soberania digital e informacional - compatibilizado com os pressupostos político-ideológicos da comunicação popular e comunitária - direciona o foco de nossas proposições.

SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora reconheçamos os limites do desenvolvimento de políticas públicas pelo Estado burguês, não podemos deixar de tensionar as disputas e avançar com as lutas também na agenda estatal e governamental. As demandas e propostas de políticas públicas no campo da comunicação que ora apresentamos se constituem como um desdobramento de todo o processo que envolveu a concepção e a realização do projeto de pesquisa em nossos diálogos com os atores e sujeitos dos movimentos sociais e, em especial, com as organizações populares da América Latina com participação no âmbito da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). As propostas destinam-se ao Governo Federal do Brasil, sendo pautadas inicialmente em debates e diálogos coletivos na base social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2022)¹, e sistematizadas pelo Setor de Comunicação do MST. Em seguida, essas propostas foram compartilhadas e repensadas em debates junto aos participantes dos cursos *Formação de Formadoras/es Latino-americano* e *Curso de Teoria Política Latino-americana* na ENFF durante o trabalho de campo, em que realizamos a observação participante e estabelecemos as bases de nossa pesquisa-ação.

Optamos por este direcionamento em relação à elaboração das Políticas e Linhas de Ação (PLA) neste projeto, pois o MST integra a Via Campesina, CLOC-Via Campesina e a ALBA Movimentos, participando dos espaços de debates, construção de plataformas de demandas de luta em redes entre essas organizações na América Latina. O MST também é o movimento popular que coordena e mantém

1 Propostas adaptadas de documento oficial do MST, enviado ao Governo Federal do Brasil, em agosto de 2023.

os espaços de formação na ENFF, coordenando, em conjunto com uma equipe de Coordenação Político Pedagógica e com a participação de outros movimentos e organizações populares da América Latina, os dois cursos latino-americanos analisados na pesquisa. Além disso, durante a pesquisa, observamos que as reivindicações e estratégias organizativas dos movimentos sociais e organizações populares da América Latina possuem uma grande diversidade de propostas, realidades e ações, sendo impossível abarcar essa multiplicidade e complexidade em um projeto de pesquisa de dez meses, realizado exclusivamente no território brasileiro. E ainda como argumento para nossa decisão, consideramos que as propostas formuladas originalmente pelo MST são plenamente pertinentes e compatíveis com os objetivos estabelecidos em nossa proposta e com os compromissos inerentes à equipe de pesquisa.

O MST é um movimento social brasileiro, criado oficialmente há mais de 40 anos, em 1984, no estado do Paraná, que possui como bandeiras de luta: a democratização da terra, a realização de uma reforma agrária no país e a transformação da estrutura social (Engelmann, 2018). Nesse sentido, as demandas no campo da comunicação voltadas para o Governo Federal, portanto, direcionadas ao governo Lula (2023-2026), buscam contemplar três dimensões fundamentais: a base material para permitir às famílias Sem Terra se comunicarem e terem acesso à comunicação; o caráter formativo que o processo de comunicação e o ato dessa comunicação pelos trabalhadores/as rurais envolve; e a necessidade de a reforma agrária ser apresentada como uma política pública estruturante do Brasil, exigindo, portanto, que esta política seja proposta e defendida como tal pelo Governo e pela sociedade civil organizada.

Nesse contexto, as proposições de políticas públicas para o campo da comunicação apresentadas pelo MST (2022) e corroboradas nestas Políticas e Linhas de Ação (PLA) - não perdendo de vista a perspectiva dos pressupostos político-ideológicos da comunicação popular e comunitária (Miani, 2010, 2011) - reúnem um conjunto de demandas represadas nos últimos seis anos no Brasil, que são consideradas por este movimento social (e também por nossa equipe de pesquisa) como meio fundamental para a construção e consolidação de uma Política Nacional de Reforma Agrária. Tais demandas se organizam em torno de quatro eixos:

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular:
as articulações globais de movimentos populares
Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA
Movimentos em contexto de midiaticização,
plataformização e crise política na América Latina

- Infraestrutura de comunicações;
- Equipamentos e meios de comunicação;
- Formação, letramento digital e educomunicação;
- Fomento a ações, práticas de comunicação e produção de conteúdo.

Infraestrutura de comunicações:

- Considerar a internet como uma infraestrutura essencial para a consolidação de um assentamento. Tal consideração é o caminho para assegurar a universalização do acesso à internet nos assentamentos, a qual será garantida na sua abrangência, qualidade e modicidade. Nesse âmbito, assegurar uma internet de qualidade, abrangente e com custo módico nas escolas do campo e cooperativas ligadas à Reforma Agrária;
- Para esta universalização, considerar a necessidade de garantir que ela seja constituída a partir do envolvimento da Telebrás, considerando programas já existentes, como é o caso do GESAC Ponto de Internet², mas levando em consideração a sua qualificação para atender as especificidades da Reforma Agrária. Como forma de financiamento, considerar o acesso ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)³.

Equipamentos e meios de comunicação:

- Assegurar a construção de telecentros em todas as escolas do campo. Tais espaços deverão ser dotados dos equipamentos necessários para seu

² Programa criado pela Telebrás, vinculada ao Ministério das Comunicações, que busca promover a inclusão digital, por meio do fornecimento de conexão à internet em banda larga, inclusive naquelas localidades onde inexistia oferta adequada de conexão à Internet.

³ O fundo tem por finalidades o estímulo à expansão, ao uso e à melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, a redução das desigualdades regionais e o estímulo ao uso e ao desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade para promoção do desenvolvimento econômico e social.

funcionamento, considerando a variedade de linguagens que podem ser desenvolvidas a partir dele;

- Construir estes telecentros em todos os centros de formação estaduais e regionais do MST. Estes, serão pontos de referência das comunidades para o desenvolvimento social, educacional, técnico e produtivo das famílias;
- Instituir um programa de fomento à instalação de rádios comunitárias a cada conjunto de assentamentos que reúnam mil famílias. Este fomento busca constituir instrumentos fundamentais para as famílias camponesas. As rádios ainda são meios com forte vínculo do meio rural, e potencializá-las, de acordo com as necessidades das famílias, contribuem na organização destas e na defesa da Reforma Agrária frente ao todo da sociedade;
- No campo legislativo, considerar a necessidade de se aprovar uma legislação específica para as rádios comunitárias no meio rural, considerando que a lei 9612/98 não condiz com a realidade rural brasileira.

Formação, letramento digital e educomunicação:

- Constituir Cursos de Extensão, de modo a qualificar a formação de comunicadores populares, principalmente, em sua dimensão técnica: Tecnologia da Informação para áreas da Reforma Agrária, Rádios Comunitárias e Publicidade e Marketing para cooperativas da Reforma Agrária;
- Compor e qualificar equipes multidisciplinares para atuarem no desenvolvimento de cooperativas nas áreas de Marketing, redes sociais e tecnologia da informação;
- Realizar cursos no âmbito do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), voltados às áreas ligadas às comunicações: Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Tecnologia da Informação.

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular:
as articulações globais de movimentos populares
Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA
Movimentos em contexto de midiaticização,
plataformização e crise política na América Latina

Fomento a ações, práticas de comunicação e produção de conteúdo:

- Realizar um levantamento nacional sobre a situação da comunicação e da infraestrutura digital em todas as áreas de Reforma Agrária no país;
- Instituir uma estratégia de publicidade da Reforma Agrária junto ao governo, de modo a defendê-la como uma política pública essencial para o país;
- Garantir em todos os editais de publicidade e propaganda do Governo Federal linhas específicas para atender instrumentos, meios e veículos de comunicações vinculados à agricultura camponesa e à Reforma Agrária;
- Constituir uma Rede Nacional de Cinema da Terra, como ação permanente voltada às áreas de reforma agrária, fomentando a circulação de produções audiovisuais;
- Produzir, a partir da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), considerando a televisão, os meios digitais e o rádio, um programa voltado para a Reforma Agrária.

POLÍTICAS DE AÇÃO COLETIVA

Como evidenciamos na pesquisa, a construção da unidade na diversidade constitui um desafio histórico e contemporâneo nas lutas sociais e políticas, ainda mais quando tratamos de redes de movimentos populares que ultrapassam a centena de coletivos e milhares de pessoas. Cada movimento social ou movimento popular possui suas especificidades com relação a princípios organizativos e bandeiras de luta. Contudo, os movimentos populares analisados se aproximam em suas lutas pela terra como meio de vida contra o uso da terra como forma mercadoria.

Um princípio caro das lutas políticas e sociais é que a luta educa (Bastos, 2021). Dessa maneira, uma política de ação coletiva central seria fortalecer os eixos comuns de ação coletiva, compartilhar as diversidades e, mesmo diante de todos os desafios das distâncias, agir em comum, o que está na base da comunicação e do engajamento com um comum político emancipatório. Vamos trazer aqui alguns exemplos fecundos desenvolvidos recentemente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e seu Núcleo de Tecnologia, que primam pela soberania digital. São iniciativas importantes para escapar da maior dependência das

big techs e que compreendemos que podem inspirar iniciativas equivalentes para os movimentos sociais e movimentos populares organizados na Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA Movimentos.

O MTST surge com a grande Marcha Nacional para Brasília realizada pelo MST, no ano de 1997, que proporcionou ao movimento o conhecimento da realidade em grandes centros urbanos e a aproximação com movimentos sociais que atuam nesses espaços. Posteriormente, o MTST adquiriu estrutura e organicidade próprias. O Núcleo de Tecnologia do MTST foi motivado pelo contexto do processo eleitoral de 2018 no Brasil, quando houve grande uso das plataformas digitais e de desinformação na campanha para a Presidência da República, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro. Embora reconhecessem o uso de robôs nesse processo, os profissionais de tecnologia ligados ao MTST reconheceram a complexidade do processo a partir da observação do avanço tecnológico e do uso das tecnologias nas periferias, inclusive, por eleitores de Bolsonaro.

No contexto desse debate, propuseram o primeiro curso de desenvolvedores (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023). Juntamente a essa iniciativa de formação, identificaram também a necessidade de desenvolver ferramentas que possibilitassem que pessoas simpatizantes do MTST pudessem contratar os profissionais ligados ao movimento para diferentes tarefas cotidianas. Essa demanda já existia, sendo os serviços de pedreiro, diaristas, eletricitas, encanadores e babás os mais requisitados. Com o intuito de automatizar este processo, o Núcleo de Tecnologia do MTST criou o Contrate Quem Luta (CQL), um “chatbot de WhatsApp que interage com o usuário que deseja contratar serviços de indivíduos na base do MTST” (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023, p. 4).

Com esse tipo de iniciativa, o Núcleo de Tecnologia do MTST propõe utilizar a tecnologia em favor do coletivo para promover a construção do poder popular. Esse é um princípio importante na perspectiva de soberania digital. A cartilha do Núcleo de Tecnologia do MTST (2023) pontua que o debate sobre a soberania digital, normalmente, se desenvolve na perspectiva do Estado e do indivíduo. Com relação ao Estado, o debate está centrado na segurança nacional, no desenvolvimento científico e tecnológico. No âmbito dos indivíduos, as principais questões giram em torno da autonomia, privacidade e agência no uso dos dados gerados pelas plataformas digitais. Contudo, conforme o Núcleo de Tecnologia do MTST (2023), pouco se fala de soberania digital na perspectiva do interesse coletivo.

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular: as articulações globais de movimentos populares Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de mediação, plataforma e crise política na América Latina

Desse modo, o “Núcleo de Tecnologia do MTST reivindica uma soberania digital que seja realmente pautada no fortalecimento da luta pelo poder popular na era da sociedade da informação” (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023, p. 5). Este pode ser um caminho fecundo para os movimentos sociais e movimentos populares tanto no Brasil quanto, de resto, em toda a América Latina.

BIBLIOGRAFÍA

Associação Amigos da ENFF (20 de enero de 2024). Associação dos Amigos da Escola Nacional

Florestan Fernandes [*Sítio web*]. São Paulo. <https://www.amigosenff.org.br/>.

Bastos, Pablo Nabarrete. (24-27 de noviembre de 2020). Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular [*Anales electrónicos*]. 29º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_Z6YXO-GOZJCMNooENVSVS_30_8461_21_02_2020_12_53_39.pdf.

Bastos, Pablo Nabarrete. (2021). *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bastos, Pablo Nabarrete. (06-10 de junio de 2022a). Engajamento com o comum e as disputas por hegemonia [*Anales electrónicos*]. 31º Encontro Anual da Compós, Imperatriz. Campinas, Galoá. <https://proceedings.science/compos/compos-2022/papers/engajamento-com-o-comum-e-as-disputas-por-hegemonia>.

Bastos, Pablo Nabarrete. (2022b). Hegemonia e engajamento em contexto de mediação e plataforma. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, [S. l.] v.18, n. 2, e 6066, pp.1-18. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6066>

Bastos, Pablo Nabarrete. (2023). Dialética da insularidade. *Revista Compolitica*, vol. 13(1), pp. 99-120. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2023.13.1.561>

Bastos, Pablo Nabarrete. (2024). Os níveis do comum e as disputas por hegemonia. *Revista*

Famecos, Porto Alegre, 31(1), e-43812, pp. 1-16. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2023.1.43812>

Bastos, Pablo Nabarrete y Miani, Rozinaldo Antonio y Engelmann, Solange Inês. (2023). Articulações da CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de crise na América Latina. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, Equador, nº 153, pp. 175-192. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9140144>

Coutinho, Carlos Nelson. (1992). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.

Dardot, Pierre y Laval, Christian. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.

Engelmann, Solange Inês. (2023). Representações sobre a solidariedade Sem Terra no site do MST, em agosto de 2020. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 51, v. 21, p. 154 - 168. DOI: 10.12957/REP2023.72471.

Fini, Daniele. (2017). Común: un concepto tan vago como útil para pensar las luchas anticapitalistas hoy día. *Herramienta: Revista de debate e crítica marxista*, [S. l.], n. 20. <https://www.herramienta.com.ar/comun-un-concepto-tan-vago-como-util-para-pensar-las-luchas-anticapitalistas-hoy-dia>.

Gramsci, Antonio. (2007). *Cadernos do Cárcere*. (Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Harvey, David. (2011). *The Future of the Commons*. *Radical History Review*. Issue 109 (Winter).

Kosik, Karel. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Miani, Rozinaldo Antonio. (23- 25 de junio de 2010). Os pressupostos teórico ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária [Anales...]. I Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária, Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

Miani, Rozinaldo Antonio. (2011). Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto*. Porto Alegre, vol 02 (25), p.221-233. <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16547/14492>.

MST. (15 de febrero de 2022). *Orientações para a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra*. [Arquivo PDF]. Documento interno, São Paulo.

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular: as articulações globais de movimentos populares Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de midiaticização, plataformização e crise política na América Latina

Núcleo de Tecnologia do MTST. (2023). *O MTST e a luta pela soberania digital a partir dos movimentos sociais* [Arquivo PDF], São Paulo. <https://nucleodetecnologia.com.br/cartilha/>.

Poell, Thomas y Nieborg, David y Van Dijck, José. (2020). Plataformização. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, RS, vol. 22(1), pp. 2-10. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>.

Sodré, Muniz. (2014). *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Williams, Raymond. (1969). *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional.

SOBRE LOS AUTORES Y LAS AUTORAS

Solange Inês Engelmänn Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGCOM, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia/PPGCS, especialista em Gestão de Mídias Digitais pela UNINTER. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo, pelo Centro Universitário de Maringá. Entre setembro e dezembro de 2023 lecionou como professora substituta do Departamento de Jornalismo (FCS - Webjornalismo) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); entre julho de 2018 e agosto de 2020 lecionou como professora Adjunta no Curso de Jornalismo do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus - IELUSC, Joinville, SC, ministrando as seguintes disciplinas: Radiojornalismo I, II e III, Políticas da Comunicação e Podcast e narrativas criativas, bem como orientou monografias e projetos experimentais. Atua como editora e repórter na página on-line do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), faz parte do setor de comunicação do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) e do grupo de pesquisadores da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Integra o grupo de pesquisa do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e é associada da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). E-mail: solengel03@gmail.com

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular:
as articulações globais de movimentos populares
Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA
Movimentos em contexto de midiaticização,
plataformização e crise política na América Latina

Rozinaldo
Antonio
Miani

Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (bolsista Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) desde 1998. Docente permanente do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCom/UEL) desde 2008, tendo sido coordenador do referido programa no período de 2019-2023. Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (PPGSER/UEL) desde 2019. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). Pesquisador com ênfase nas áreas de Comunicação Popular e Comunitária, Humor gráfico e Movimentos sociais. Secretário geral da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom). Associado da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Associado da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar). Associado da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepice-Brasil). E-mail: rmiani@uel.br

Pablo
Nabarrete
Bastos

Professor do Departamento de Comunicação Social, do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Visitant researcher at University of Westminster (2024). Doutor em Ciências da Comunicação, linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, pela ECA-USP. Pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador visitante na Universidade de Westminster. Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE FAPERJ), período 2021-2024. Coordenador pedagógico do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF), período 11/2021-02/2024. Autor do livro "Marcha Dialética do MST: Formação e comunicação política entre campo e cidade", finalista do Prêmio Jabuti 2022. Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom (Período 2019-2021). Pesquisa hegemonia, contra-hegemonia, hegemonia popular, comunicação e marxismo, teoria crítica, América Latina, engajamento, plataformização, movimentos sociais e comunicação popular. E-mail: pablobastos@id.uff.br

Guilherme
Fumeo
Almeida

Realiza pós-doutorado no PPGMC/UFF. Mestre e Doutor pelo PPGCOM-UFRGS. Foi bolsista de Iniciação Científica na mesma instituição, desenvolvendo pesquisa com ênfase na relação entre corpo e imagem. Fez estágio de Doutorado Sanduíche no PPGMC-UFF. Integra o LACCOPS – Laboratório de Comunicação Comunitária e Publicidade Social – e o ARTIS - Grupo de Pesquisa em Estética e Processos Audiovisuais. Bolsista FAPERJ. Atualmente, desenvolve pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de questões estéticas, narrativas e técnicas do audiovisual brasileiro, especialmente o contemporâneo, no que diz respeito ao diálogo destas com questões políticas. E-mail: almeidaguif@gmail.com

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular:
as articulações globais de movimentos populares
Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA
Movimentos em contexto de midiaticização,
plataformização e crise política na América Latina

Talyta Elen
Ferreira
Teodoro

Graduada em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestranda no Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCom/UEL), onde desenvolve uma pesquisa voltada para a Comunicação Popular nos Movimentos Sociais da América Latina. Trabalha como Coordenadora de Comunicação da Associação Londrinense de Circo desde 2022, com uma atuação voltada à Comunicação Popular dentro dos processos culturais. Compõe o Coletivo de produção cultural: Quizomba, o samba e outros batuque, como comunicadora e produtora, Integra o COCINE (Coletivo de Cinema Negro de Londrina), além de ser Coordenadora de Comunicação do Projeto Fabrincante, que atua em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, propondo um processo em rede entre os projetos culturais vigentes na cidade. E-mail: talyta.elenferreira@uel.br

Antônia
Aline Costa
de Oliveira

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo da Terra pela Universidade Federal do Ceará (UFC) financiado pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), mestranda em comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM -UFC). Tem experiência com comunicação popular e comunitária, com ênfase em rádios comunitárias camponesas no Ceará e no país caribenho, Haiti. É Jornalista voluntária no Jornal Brasil de Fato Ceará, compõe o setor de comunicação do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) e faz parte do grupo de pesquisadores da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). E-mail: alinekosta2016@gmail.com



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO Secretaría Ejecutiva	Karina Batthyány Directora Ejecutiva María Fernanda Pampín Directora Editorial Pablo Vommaro Director de Investigación
Equipo Editorial	Lucas Sablich Coordinador Editorial Solange Victory Marcela Alemandi Producción Editorial
Equipo Programa de Becas y Convocatorias	Teresa Arteaga Ulises Rubinschik

Comunicação, formação e socialização política na construção da hegemonia popular : as articulações globais de movimentos populares Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de mi / Pablo Nabarrete Bastos... [et al.]. - 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2024.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-792-6

1. Comunicación. 2. Formación Política. 3. Hegemonía. I. Nabarrete Bastos, Pablo

CDD 306.2

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>



Suecia

Sverige